

ORGANIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO NO DEMOCRATAS PARANÁ

Lucas Nekel¹

RESUMO

O presente trabalho busca compreender qual é a orientação do Democratas Paraná, nos termos de Wolinetz (2002), isto é, se sua atuação é voltada a perseguir votos em eleições (*vote-seeking*), perseguir cargos no governo (*office-seeking*), ou a direcionar as políticas públicas (*policy-seeking*). A análise foi feita a partir da formação do órgão executivo do partido, utilizando o arcabouço teórico de Panebianco (2005). O objeto compreende todas as formações executivas – tanto em diretórios definitivos como provisórios – do Democratas, na circunscrição do Paraná, entre os anos de 2007 e 2021. Foram encontradas nove formações, das quais os membros tiveram seu histórico eleitoral coletados. A partir da análise dos dados obtidos e da aplicação da estatística descritiva, foi encontrado no órgão executivo do partido a presença maior de indivíduos que acumularam grandes votações em eleições, do que indivíduos que se elegeram com votações moderadas, ou com outras características que fujam às anteriores. Comprova-se parcialmente a hipótese proposta, de que o voto é o principal definidor da zona de incerteza de competência, esta que é predominante na formação da executiva, indicando então que o Democratas Paraná se manteve orientado como *Vote-Seeking* no período estudado.

Palavras-Chave: Democratas; Orientação partidária; Organização Partidária; Paraná.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por finalidade entender estritamente como se dá a formação e organização do órgão executivo no Democratas Paraná (DEM/PR), isto é, a sua Comissão Executiva quando o diretório for definitivo, e a sua comissão provisória, quando o diretório for provisório. Somamos então o método de análise de organizações partidárias descrito por Panebianco (2005) com a tipologia partidária de Wolinetz (2002), formulando assim um estudo de caso de uma metodologia de análise partidária mais abrangente e que poderá render maior contribuição à literatura.

O Democratas foi escolhido como objeto por sua presença ser importante tanto no cenário político paranaense como no nacional (NEKEL, 2020). A análise do objeto compreende, longitudinalmente, o período de 2007 a 2021, com a intenção de observar

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando em Ciência Política pela UFPR. E-mail: lucasnekel9@gmail.com.

todas as composições de comissões executivas e comissões provisórias desde a fundação do Democratas (DEM) em 2007, até a sua fusão com o Partido Social Liberal (PSL), em 2021. Esse recorte temporal não é por acaso. A refundação do partido em 2007 não foi apenas uma campanha para descolar a sua imagem da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), mas também decorrente da troca de lideranças de grande impacto na dinâmica do partido. Saíram líderes históricos, como Marco Maciel e Jorge Bornhausen, e entraram novas lideranças, como Rodrigo Maia, com o objetivo de dar novo fôlego ao partido (CIOCCARI, 2016).

Com a refundação, o Democratas Paraná elegeu sua primeira comissão executiva ainda em 2007, com duração até 2011, ano em que foi eleita a segunda comissão executiva abordada neste trabalho, que durou até 2015. Nesse ano, o diretório do Democratas Paraná é dissolvido e quem assume o poder executivo até 2016 é uma comissão provisória. Esse processo de dissolução do órgão executivo para a criação de uma nova comissão provisória se repetiu em 2016 mais duas vezes, e uma vez em 2017. Em 2018 é eleita uma nova comissão executiva, em um diretório definitivo, porém, no mesmo ano, o diretório é dissolvido e nova comissão provisória assume o poder executivo do Democratas no Paraná. Não por muito tempo, pois ainda em 2019 uma nova comissão executiva é eleita, permanecendo com o poder executivo até a fusão do Democratas com o PSL.

Além de abranger todas as composições mencionadas, o recorte temporal também abrange quatro eleições municipais (2008, 2012, 2016 e 2020) e quatro eleições nacionais-estaduais (2006, 2010, 2014 e 2018). Isso permitirá compreender de modo mais simétrico a importância de cada eleição para a organização intrapartidária.

Por fim, este trabalho tem por objetivo compreender se a zona de incerteza de competência – uma das instâncias de poder dentro das organizações partidárias, segundo a teoria de Panebianco (2005) – é predominante na definição do poder executivo do DEM/PR e, a partir disso, identificar qual a orientação do partido no Paraná de acordo com a tipologia proposta por Wolinetz (2002) – *Vote-Seeking*, *Office-Seeking* ou *Policy-Seeking*. De acordo com esta proposta, a hipótese é que o voto é o principal definidor da zona de incerteza de competência, esta que é a zona de incerteza predominante na formação da executiva no Democratas Paraná. Com a comprovação dessa hipótese, será possível identificar qual a orientação do partido.

O artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção traz a revisão da literatura sobre o objeto da pesquisa, bem como os conceitos utilizados, e apresenta as teorias ecoadas no trabalho; na sequência há uma contextualização histórica sobre o PFL, o Democratas e o Democratas Paraná; a seção seguinte é a de métodos, onde são explanadas as questões referentes à coleta dos dados e de que maneira eles foram analisados; depois, a análise dos dados e a discussão dos resultados é realizada, e por fim as conclusões finais.

REVISÃO DE LITERATURA

PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS TIPOS

Uma das formas de se estudar partidos é por meio de tipologias. Essa ferramenta permite agrupar diferentes casos de acordo com suas características em comum e demais critérios específicos. Tipologias não são exatas, elas servem para definir tipos ideais, no sentido weberiano do termo, que utilizamos para identificar tendências (Weber, 2000). Ainda na década de 50, Duverger (1980) sugere que os partidos devem ser tipificados de acordo, principalmente, com sua origem e, a partir disso, elabora dois tipos ideais de partido político: partido de quadros; e partido de massa. Kirchheimer (2012) publica, em 1966, um artigo onde desenvolve o conceito de partido *catch-all*, em que, segundo o autor, os partidos teriam começado a se concentrar especificamente no cenário eleitoral, abandonando assim os esforços antes concentrados em incrementar intelectual, financeira e moralmente as massas. Tendo como principal característica sua relação com o Estado, Katz e Mair (1995) enriquecem a literatura sobre tipologia partidária ao definir o partido cartel que, de modo contrastante com os partidos *catch-all*, não têm interesse em uma lealdade dos eleitores, mas buscam alcançar um eleitorado mais amplo e difuso (Wolinetz, 2002).

O conjunto dessas tipologias, dispostas de modo linear e evolutivo, é conhecido por *life-cycle theory*. O ponto central dessa escola de análise partidária é que “os partidos políticos caminhariam no sentido geral do desenvolvimento e das transformações contextuais que atingiriam graus diferentes em pontos específicos do tempo nos países” (Bolognesi, 2020). Muitas críticas são feitas a essas tipologias, principalmente em razão de elas serem inflexíveis, com foco exclusivo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental,

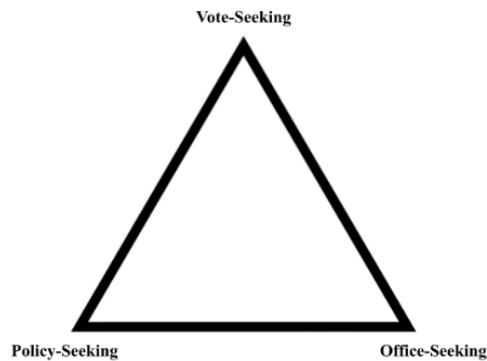
e por sua natureza determinista levar a uma confusão terminológica e conceitual (Wolinetz, 2002; Bolognesi, 2020).

Por outro lado, há uma abordagem mais recente e com um horizonte mais amplo, cujo objeto de estudo está fora da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos. Esta é oriunda da teoria organizacional e apresenta os partidos políticos como uma arena onde seus membros se digladiam em uma disputa de poder e controle de recursos. Assim, a evolução linear e determinística abre espaço para mudanças incrementais. A relação dos partidos políticos com o ambiente é vista então como permeável, e não mais determinística (Bolognesi, 2020).

Uma das contribuições dessa abordagem organizacional foi a tipologia estruturada por Wolinetz (2002), também chamado de *Seeking Model*. Este esquema deriva dos estudos sobre o modelo de escolha racional que, na visão dos estudiosos dele, é como o partido se comporta em momentos de clímax que define a sua organização e modificações (Bolognesi, 2020). Wolinetz (2002) diz que os partidos devem ser vistos e analisados a partir do seu comportamento, e não da sua origem ou apenas da sua formação interna. A partir desse entendimento, os partidos políticos podem se enquadrar em três definições: *Vote-Seeking*; *Office-Seeking*; e, *Policy-Seeking*.

O *Vote-Seeking* é próximo daqueles partidos que orientam suas ações com o objetivo de capturar votos e, por consequência, vencer eleições. Mobiliza de maneira tímida suas bases e prefere a competência de técnicos para alcançar seu objetivo. Já os partidos mais próximos ao tipo de *Office-Seeking* orientam suas ações com o intuito de participar dos negócios do governo e objetivam acessar cargos e postos no Estado, tendendo a não manter uma identidade ideológica – assim pode se manter na máquina estatal independentemente da ideologia ou preferência do governo de ocasião. Por fim, temos o tipo *Policy-Seeking* que, ao contrário das orientações anteriores, tem um programa estruturado e busca transformar e orientar as políticas públicas de acordo com sua ideologia (Wolinetz, 2002). De forma visual, Wolinetz representa sua tipologia da seguinte forma:

Figura 1 – *Seeking Model*



Fonte: Wolinetz (2002).

A tipologia de Wolinetz (2002) proporciona um incremento de flexibilidade na análise dos partidos políticos, pois permite capturar variações no decorrer do tempo e espaço de modo sensível. Outra vantagem é que a tipologia de Wolinetz fica mais próxima do modelo de tipo-ideal weberiano, afastando-se dos tipos deterministas analisados anteriormente. Dessa forma há grande chance de os partidos apresentarem os três comportamentos do *Seeking Model*, ou, ainda, utilizarem um para realizar outro (Wolinetz, 2002; Bolognesi, Ribeiro; Codato, 2022).

A escolha pela utilização da tipologia *Seeking Model* nesse artigo não é aleatória. Além das vantagens já apresentadas, foi levada em conta a compatibilidade dessa tipologia para com as dimensões de análise de Panebianco (Bolognesi, 2020), além da replicabilidade do modelo para estudos comparativos.

ORGANIZAÇÃO INTRAPARTIDÁRIA E COALIZÃO DOMINANTE

Há neste momento mais uma distinção necessária para ser feita. Organização não é a mesma coisa – do ponto de vista da literatura selecionada sobre partidos – que Estrutura. Enquanto o segundo descreve o montante de recursos (móveis, imóveis, financeiros, materiais e imateriais) que o partido tem à disposição, o primeiro é o fluxo de processos que compõem a dinâmica e o funcionamento do partido (Bolognesi, 2020).

Organização partidária é, nesse sentido, “o complexo de padrões estruturados de interação entre seus membros em distintas esferas e níveis ditados por regras formais ou por normas informalmente estabelecidas” (Bolognesi, 2020, p. 165). A estrutura, por outro lado, é a rocha basáltica que dá suporte aos membros do partido. A questão pode ser sintetizada da seguinte forma: a organização são os processos (quem decide o que e de que maneira) enquanto a estrutura são os recursos (materiais ou imateriais) utilizados para que os processos se mantenham em funcionamento.

Panebianco (2005) propõe uma análise com a intenção de identificar “quem” controla e “para o que” controla, assumindo uma disposição assimétrica do poder como arranjo da organização partidária. Descreve então as Zonas de Incerteza como sendo aquilo que se busca controlar, tidas como âmbitos de imprevisibilidade que desequilibram os jogos de poder e favorecem aqueles que as controlam.

A sobrevivência e o funcionamento de uma organização dependem de uma série de prestações: a possibilidade de que uma prestação vital seja negada, que ocorram defecções, interrupções em atividades fundamentais, define uma situação de incerteza para a organização. Aquele ou aqueles que controlam tais zonas de incerteza, aqueles dos quais depende o exercício dessas prestações, dispõem de um *atout*, de um recurso a ser usado nos jogos de poder internos. (PANEBIANCO, 2005, p. 65).

Panebianco (2005) define seis zonas principais controladas pelos líderes que são vitais para a organização, que são: Competência; Gestão das relações com o ambiente; Comunicações internas; Regras formais; Financiamento; Recrutamento.

A Zona de Incerteza de Competência é definida por Panebianco (2005) como uma habilidade ou conhecimento específico que é possuído apenas por um ou por poucos indivíduos e é fundamental para a organização. Nas palavras do autor, “Trata-se de uma zona de incerteza porque está relacionada à convicção geral de que, sem essa competência específica, a organização se encontraria em dificuldade” (Panebianco, 2005).

A Zona de Incerteza de Gestão das Relações com o Ambiente tem um nome autoexplicativo. “Estipular, ou redefinir, ou fomentar alianças com outras organizações, estabelecer os temas sobre os quais devem ser travados conflitos com outras organizações” (PANEBIANCO, 2005, p. 67). Já a Zona de Incerteza de Comunicações Internas corresponde ao controle dos canais internos de comunicação, ou seja, a possibilidade de manipular, retardar ou suprimir informações. Estabelecer as regras do

partido e/ou manipular as suas possíveis interpretações resume a Zona de Incerteza de Regras Formais. “Quem controla os canais por meio dos quais afluí o dinheiro para financiar a organização controla outro recurso fundamental”, por sinal, a Zona de Incerteza de Financiamento. A sexta e última Zona de Incerteza é a de Recrutamento, a qual é dada “pelo controle sobre o recrutamento nos diversos níveis da organização” (PANEBIANCO, 2005).

A dominação de uma zona de incerteza por um ou mais indivíduos desequilibra o poder daquela organização em favor daquele ou daqueles que a possuem, podendo inclusive ajudar com que os indivíduos que a detém se apossuem de outras zonas de incerteza. Aqueles que controlam essas principais zonas de incerteza se tornam os membros da coalizão dominante. Segundo o autor, “a coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais” (Panebianco, 2005, p. 74).

Até aqui não há nenhuma referência ao órgão executivo do partido, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, mas apenas à coalizão dominante. É preciso considerar que são coisas distintas. O órgão executivo do partido não se refere exatamente à coalizão dominante da organização, mas, sim, apenas ao órgão específico que detém a legitimidade estatutária de empreender ações executivas, isto é, a comissão executiva ou provisória. Essa distinção é importante porque o órgão executivo pode compor a coalizão dominante da organização, mas não necessariamente a sobrepõe. Isso porque a segunda “é composta por agentes formalmente internos e/ou externos à organização” (Panebianco, 2005, p. 74), enquanto a primeira é formada apenas por agentes internos à organização (Democratas, 2019). Dessa forma, os órgãos executivos do Democratas Paraná, enquanto o objeto de estudo, pode ser entendido como uma proxy da coalizão dominante do partido, ou de parte dela.

Os indivíduos que compõem a coalizão dominante e os órgãos executivos são detentores de racionalidade nos termos de Downs (1999). Isso quer dizer que: 1) Eles são racionais quanto aos meios, não quanto aos fins, e 2) “ele aborda cada situação com um olho nos ganhos a ser obtidos, e outro nos custos, uma capacidade delicada de equilibrá-los e um forte desejo de ir aonde quer que a racionalidade o leve” (Downs, 1999, p. 29). Em outras palavras, um indivíduo é racional quando tem ações que são eficientemente planejadas para alcançar os fins econômicos ou políticos desejados.

Uma vez que a coalizão dominante é racional e egoísta, ela utiliza o partido e as estratégias que estiverem à sua disposição para atingir seus objetivos. Ao mesmo tempo que os membros dessa coalizão definem suas ações com interesse em seus objetivos pessoais, o partido utiliza esses indivíduos para atingir os seus objetivos nos termos de Wolinetz: *Vote-seeking*, *Policy-Seeking* ou *Office Seeking*.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A história do Democratas, se reduzida à sua origem institucional, pode ser resumida da seguinte forma: o Partido da Frente Liberal (PFL) surge da dissidência do Partido Democrático Social (PDS), que por sua vez surgiu da reformulação da Aliança Renovadora Nacional, o partido de sustentação da Ditadura Civil-Militar que comandou o Brasil de 1964 até 1985. A ARENA era formada em sua origem por parlamentares que, em suma, não desejavam perder o mandato, não eram de esquerda, ou não tinham ligações com entidades de cunho social. Seus quadros eram oriundos de dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD), partido getulista e de direita, e; da União Democrática Nacional (UDN), partido de direita que concentrava o antigetulismo e tinha como principal líder Carlos Lacerda (Charlot, 1982; Chacon, 1985; Mayer, 2018). Porém, a formação do Democratas é permeada por alguns detalhes que merecem a devida atenção.

Com a vitória nas primárias do PDS (agosto de 1984), Paulo Maluf seria o candidato governista à Presidência da República na eleição indireta que seria realizada no dia 15 de janeiro de 1985. Uma parcela dos quadros partidários do PDS não concorda com a indicação de Maluf. Essa parcela, que ficou conhecida como Frente Liberal, alia-se com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para eleger Tancredo Neves na eleição indireta (Dimenstein *et al.*, 1985). A Frente Liberal formou então um novo partido e o manifesto do Partido da Frente Liberal foi lançado no plenário da Câmara dos Deputados em dezembro de 1984. No lançamento já contava com 839 simpatizantes, entre eles 61 deputados federais, 9 senadores e 4 governadores. Já no dia 15 de março de 1985 o número havia subido para 17 senadores e 90 deputados, sendo assim a terceira maior força do Congresso (Cantanhêde, 2001).

Já na sua primeira eleição, em 1986, o PFL tinha 51,9% da sua bancada de parlamentares como representantes do Nordeste. Além do aliciamento dos governadores nordestinos, dos cinco principais líderes do partido no seu início, três eram nordestinos (Guilherme Palmeira – AL, Marco Maciel – PE e, posteriormente, Antônio Carlos Magalhães, o ACM – BA).

No Brasil, a grande maioria dos partidos se desenvolveu ao buscar e conquistar cargos na estrutura estatal, e o caso do PFL não foi diferente. É parte essencial do desenvolvimento do PFL a ocupação dos seus quadros em postos-chave do Governo Federal durante a formação do partido (Abranches, 2018). Desde a composição inicial do governo formulada por Tancredo, passando por Sarney, Collor e Itamar, até chegar aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, onde não só tinha destaque na coalizão como também possuía a vice-presidência, o PFL se destacava por sua participação em todos os governos, formando um perfil governista (Abranches, 2018).

Resumidamente, o Partido da Frente Liberal surge com forte base eleitoral no Nordeste e uma vocação pragmática, com formação similar à de um partido de quadros nos moldes de Duverger (1980). Desenvolve-se no interior do parlamento e de lá se expande para a Esplanada dos Ministérios durante o Governo Sarney. Segundo Jorge Bornhausen, foi esta expansão ministerial durante o Governo Sarney que gerou a pecha de partido fisiológico ao PFL (Cantanhêde, 2001).

Fisiológico ou não, o fato é que se seus líderes não estivessem dentro do Estado na época de sua formação, muito provavelmente o partido não teria sido criado e muito menos se desenvolvido. É preciso um estudo específico para isso, porém, é possível supor que a decadência do PFL durante os governos petistas tenha relação com a falta de interação com os cargos-chave do Estado. De forma semelhante, a ascensão do petismo e o decorrente declínio do PFL/Democratas no Nordeste brasileiro é outra correlação a ser analisada, pois, sem o Estado e o Nordeste, as duas grandes marcas de nascença do partido, o PFL deixa de ser uma das maiores forças do país e se transforma em apenas mais um partido de direita sobrevivendo em sistemas subnacionais – nos moldes de Cyr (2016).

Em 2007 o PFL teve uma mudança significativa. Não só mudou o seu nome, sua identidade visual e seu estatuto, como também suas principais lideranças. Praticamente se aposentaram Maciel, Bornhausen e Palmeira, e lideranças jovens assumem o partido, como Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto) e Rodrigo Maia, além de outras

lideranças mais ligadas ao mundo rural, como Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni e Abelardo Lupion (Cioccarri, 2016).

Essa mudança não gera os resultados esperados e o Democratas perde ainda mais parlamentares, embora consiga manter na 54^a legislatura uma bancada média-pequena no Congresso (43 deputados e 6 senadores) – na 53^a legislatura o Democratas tinha 65 deputados federais e 12 senadores –, poucos Prefeitos de Capitais e menos ainda Governadores. Posteriormente, o partido marca posição a favor do *Impeachment* da Dilma em 2016 e voltam ao Governo Federal por fazerem parte da base do Governo Temer (Abranches, 2018). Em 2018, embora o partido oficialmente tenha apoiado Geraldo Alckmin, do PSDB, uma parcela de seus membros, liderada por Onyx Lorenzoni, apoia a candidatura de Jair Bolsonaro, do PSL. Com a eleição deste último, passam a fazer parte da base do governo com a configuração de cargos mudando várias vezes.

No congresso, o Democratas reduz ainda mais sua bancada na 55.^a legislatura (21 deputados e 6 senadores), e se manteve praticamente com o mesmo número de cadeiras na 56.^a legislatura, com perdas no senado (29 deputados e 4 senadores). Consegue reeleger Rodrigo Maia como Presidente da Câmara (2017-2019) e eleger Davi Alcolumbre como Presidente do Senado (2019-2021). O Democratas perde a Presidência da Câmara para o Progressistas (PP) após a saída de Rodrigo Maia e só mantém a Presidência do Senado com Rodrigo Pacheco até a filiação deste ao Partido Social Democrático (PSD) em outubro de 2021.

No estado do Paraná, o Democratas é presente desde sua formação como PFL em 1985, sob a presidência do então Deputado Federal Fabiano Braga Cortes, sobrinho de Ney Braga (ex-governador). Porém, foi somente com a entrada de Jaime Lerner no partido, em 1997, para a sua reeleição ao Governo do Estado, em 1998, que o PFL passou a ser parte da elite política estadual (Cervi; Codato, 2016). Com a saída do governador, o PFL decresce em números e se mantém como oposição ao governo de Roberto Requião, mas seus quadros políticos permanecem (Nekel, 2020).

Desde 2003, a família Lupion exerce forte liderança no partido, primeiro com Abelardo Lupion e depois Pedro Lupion (respectivamente pai e filho). Pouco antes de seu fim, em 2021, o DEM tinha uma bancada de quatro deputados estaduais, dos quais três destes, Plauto Miró, Elio Rusch e Nelson Justus, estavam na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná há cerca de 30 anos, um deputado federal, Pedro Lupion, além de Rafael Greca, prefeito de Curitiba, capital do Estado.

MÉTODOS

O *corpus* foi elaborado de acordo com o objeto de estudo. Primeiramente foram identificadas as formações de Comissões Executivas e Comissões Provisórias no período estudado (de 2007 até 2021). Ao mesmo tempo, realizou-se a coleta dos dados sobre quem foram os membros dos órgãos executivos do Democratas Paraná². Na sequência, foram coletados pelo *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os dados referentes aos resultados eleitorais dos candidatos do Democratas no Paraná nas eleições de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020.

Como mencionado anteriormente, o interesse dessa pesquisa recai em um aspecto específico da organização do partido. Sendo a organização intrapartidária o aglomerado de seus processos, é preciso destacar que o objeto em apreciação é um processo específico. Somado a isso, vale ressaltar que os processos internos são mais úteis de se analisar para compreender a organização partidária, em vez de apenas utilizar grandes modelos normativos que dificultam a sua reprodutibilidade.

A hipótese aqui, como já foi dito, é a de que o voto é o principal definidor da zona de incerteza de competência, esta que é a zona de incerteza predominante na formação da executiva no Democratas Paraná. Para testarmos essa hipótese, utilizaremos o desempenho eleitoral (quantidade de votos e posição na lista) como unidade de medida da competência do indivíduo. Podemos utilizar o desempenho eleitoral como medida da zona de incerteza de competência uma vez que, segundo a definição de Panebianco (2005), esta compreende um conhecimento ou habilidade específica daquele indivíduo, sem a qual a existência do partido como um todo seria abalada. Sem votos, o partido perde a sua legitimidade e, portanto, segundo Sartori (1982), não pode mais existir.

Dessa forma, os dados eleitorais dos membros do órgão executivo coletados anteriormente serão utilizados para identificar se há relação entre ser um membro do órgão executivo e ter alta votação. Isso pode ser comparado com a média de votos do partido, com a posição na respectiva lista (se quem participa da executiva está situado no topo da lista eleitoral), e também se os eleitos se encontram na executiva. Em suma, os membros da executiva têm altas votações? A análise seguirá dois passos:

² Os dados após 01/06/2017 foram coletados do *site* do TSE, especificamente pelo Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP3). Os dados anteriores foram coletados de modo manual no arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

primeiramente cargo a cargo e, posteriormente, analisando de modo macro os dados coletados.

Num segundo momento, após a verificação da hipótese, em posse dos resultados obtidos, será possível analisar a orientação do partido nos termos de Wolinetz (2002). Cruzando os dados encontrados com a literatura sobre o assunto, o objetivo será posicionar o Democratas Paraná na tipologia proposta.

ANÁLISE E RESULTADOS

Como já foi dito, em um primeiro momento, a análise será sobre os cargos que compõem as comissões executivas e provisórias do Democratas Paraná. Nas tabelas a seguir, a sigla “DE” significa deputado estadual, “DF” significa deputado federal e “PREF” é referente a prefeito. A coluna “Posição na Lista” indica a posição do caso na lista de candidatos do partido para o referente cargo na eleição imediatamente anterior à formação da executiva.

Tabela 1 – Presidentes do Democratas Paraná (2007-2021)

Gestão	Cargo Eleitoral	Eleito	Votos	Posição na Lista
2007-2011	DF	SIM	122.861	1º
2011-2015	DE	SIM	44.597	3º
2015-2016	DE	SIM	63.580	2º
2016	DE	SIM	63.580	2º
2016-2017	DE	SIM	63.580	2º
2017-2018	DE	SIM	63.580	2º
2018-2019	DE	SIM	63.580	2º
2019	DF	SIM	92.300	1º
2019-2021	DF	SIM	92.300	1º

Fonte: o autor, com base em dados do TSE (2023).

Apenas deputados estaduais e federais eleitos ascenderam ao cargo de presidente estadual do partido. Não só eleitos, como também com uma votação expressiva e ocupantes do topo da lista, com destaque para o primeiro da lista de

deputados federais, e segundo e terceiro da lista de deputados estaduais. Somando a isso, a média de votos dos presidentes (74.440), quando comparada com os demais candidatos do partido (26.405), mostra que, em média, os presidentes do órgão executivo têm quase três vezes (mais especificamente 2,81 vezes) mais votos que os demais candidatos do partido.

Diferente dos demais, os dados sobre a vice-presidência praticamente não existem. Isso, provavelmente, deve-se ao fato de o cargo específico de vice-presidente, sem qualquer tipo de qualificação, não existir nominalmente em nenhum dos três estatutos do Democratas. Porém, os estatutos permitem a criação de novas vice-presidências pelo órgão executivo, como dito no artigo 64 do estatuto, o que provavelmente explica a existência descompassada entre as demais gestões e estas duas vice-presidências (Democratas, 2007; Democratas, 2008; Democratas, 2019).

Em virtude da falta de dados, torna-se necessário desconsiderar estas entradas. Apenas para registro, a votação média obtida por esses vices (44.961), quando comparada com a votação geral (26.405), mostra que estes têm 1,7 vezes mais votos que os demais candidatos do partido.

Tabela 2 – Secretários-Gerais do Democratas Paraná (2007-2021)

Gestão	Cargo Eleitoral	Eleito	Votos	Posição na Lista
2007-2011	DE	SIM	46.613	1º
2011-2015	DE	SIM	37.304	6º
2015-2016	PREF	NÃO	17.497	-
2016	PREF	NÃO	17.497	-
2016-2017	PREF	NÃO	17.497	-
2017-2018	PREF	SIM	31.460	-
2018-2019	PREF	SIM	31.460	-
2016	PREF	SIM	31.460	-
2019-2021	PREF	SIM	31.460	-

Fonte: o autor, com base em dados do TSE (2023).

É notável a presença de sete executivas (de 2015 a 2019) com um candidato a prefeito, e depois prefeito da cidade de Campo Largo, ocupando o cargo de Secretário-

Geral. Campo Largo tem 112.377 habitantes (IBGE, 2011) e é uma cidade importante no cenário estadual. O candidato Marcelo Puppi não foi eleito em 2012 para a prefeitura da cidade, recebendo 17.497 votos. Entretanto, mesmo tendo falhado, assumiu a secretaria-geral do partido em 2015. Esse fato pode ser um indício de que a Zona de Incerteza de Competência não é completamente medida pelo resultado eleitoral no Democratas Paraná. Ou ainda, pode significar que a Zona de Incerteza de Competência não está totalmente relacionada com a seleção dos membros dos órgãos executivos no Democratas Paraná. De qualquer forma, Marcelo Puppi ter assumido a secretária geral por três vezes sem ter votação considerável enfraquece a hipótese inicial deste trabalho.

Embora seja possível mesclar deputados federais e estaduais para a elaboração das médias, não é possível fazer o mesmo para candidatos proporcionais e majoritários. Isso porque a quantidade de votos disponível muda consideravelmente. A possibilidade de elaborar as médias dos candidatos a prefeito a partir de todos os candidatos a prefeito no Estado também esbarra no mesmo problema: a população votante de cada cidade muda consideravelmente. Isso faria com que a média fosse muito afetada por grandes centros. Diferente de todos os demais membros – com exceção do Tesoureiro, como veremos na sequência – Marcelo Puppi não foi eleito nem obteve uma votação que possamos considerar alta, mas recebeu uma cadeira no órgão executivo do partido e foi reconduzido mais sete vezes à mesma cadeira. Mais uma vez nossa hipótese é enfraquecida: ou competência – nos termos de Panebianco – não se restringe a votos, ou a seleção não se restringe à competência.

Se os dados referentes à secretaria-geral enfraquecem a hipótese, os dados eleitorais inexistentes sobre os Tesoueiros enfraquecem ainda mais. De 2007 a 2021, o Democratas Paraná teve três tesoueiros: Gilberto Rezende de Carvalho (2007-2011), Edson Luiz Casagrande (2011-2015) e Israel Fernandes da Silva (2015-2022). Nenhum dos três tem histórico eleitoral. Mesmo que alguns destes tesoueiros tenham um histórico eleitoral anterior à eleição de 2006, eles não obtiveram resultados eleitorais nas eleições imediatamente anteriores à formação das suas respectivas comissões executivas e/ou provisórias. Portanto, isso pode indicar que a Zona de Incerteza de Competência não define a totalidade deles na executiva, o que não foge necessariamente à hipótese, posto que esta fala em zona de incerteza predominante, e não determinante. No caso da tesouraria especificamente, são necessários conhecimentos mínimos de contabilidade e a tomada de decisão pode ser muito mais

burocrática do que política. Isso leva à reflexão de que, novamente, competência não está obrigatoriamente ligada a voto, mas esta variável pode, sim, representar a sua maioria, e não a sua totalidade.

Essa linha de raciocínio faz sentido para o caso do tesoureiro, mas não necessariamente para o secretário-geral. Isso porque não há nenhum registro dos tesoueiros em todo o corpo de dados eleitorais, o que no mínimo diz que estes não concorreram às eleições durante nove formações e, portanto, as eleições não podem ser a unidade de medida. Já no caso do secretário-geral, todos os indivíduos que ocuparam o cargo concorrem a eleições.

A vice-presidência de assuntos econômicos, assim como a vice-presidência de assuntos sociais e a vice-presidência de assuntos relacionados com as direções municipais, embora previstos no Estatuto do Democratas desde 2007, só foram realmente ocupados a partir de 2015.

Tabela 3 – Vice-Presidentes de Assuntos Econômicos do Democratas Paraná (2015-2021)

Gestão	Cargo Eleitoral	Eleito	Votos	Posição na Lista
2015-2016	DE	SIM	54.993	3º
2016	DE	SIM	54.993	3º
2016-2017	DE	SIM	54.993	3º
2017-2018	DE	SIM	54.993	3º
2018-2019	DE	SIM	54.993	3º
2019	DE	NÃO	32.001	3º
2019-2021	DE	NÃO	32.001	3º

Fonte: o autor, com base em dados do TSE (2023).

Uma vez instaurada, a vice-presidência de assuntos econômicos foi ocupada apenas por um indivíduo: Elio Lino Rusch. Este saiu da presidência do Democratas Paraná em 2015, para ocupar o cargo que ocupou até a fusão do partido.

Em 2018, Elio ficou como primeiro suplente da coligação do Democratas na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), com 32.001 votos. Em relação à média de 14.521 votos dos candidatos a deputado estadual do partido naquela eleição, e com a média geral dos candidatos a deputado estadual no período estudado, que é 10.350, o Deputado Elio Rusch se sai bem. Porém, em relação à média dos Deputados Estaduais

que assumiram cadeiras na executiva do partido, 45.537 votos, este não se sai tão bem. Dessa forma, a passagem de Elio Rusch nesta vice-presidência corrobora, com Marcelo Puppi, a indicação de que existem outras variáveis além do resultado eleitoral que influenciam a formação do diretório.

Tabela 4 – Vice-Presidentes de Assuntos Relacionados com as Direções Municipais do Democratas Paraná (2015-2021)

Gestão	Cargo Eleitoral	Eleito	Votos	Posição na Lista
2015-2016	DF	NÃO	81.789	1º
2016	DE	SIM	43.446	4º
2016-2017	DE	SIM	43.446	4º
2017-2018	DE	SIM	43.446	4º
2018-2019	DF	NÃO	81.789	1º
2019	DE	SIM	38.349	1º
2019-2021	PREF	SIM	356.539	-

Fonte: o autor, com base em dados do TSE (2023).

A vice-presidência de assuntos relacionados com as direções municipais tem mais um caso de indivíduo não eleito, porém, mesmo não eleito, Osmar Bertoldi obteve a maior votação para Deputado Federal do partido, com uma diferença maior que 70 mil votos para o segundo lugar.

Diferente da vice-presidência anterior, esta foi ocupada por três indivíduos diferentes ao longo das gestões, enquanto a anterior foi apenas por um. A posição da lista aqui variou entre 1º e 4º, com uma média de 55.378 votos. Nas eleições de 2014, o DEM lançou uma lista com dez candidatos ao cargo de Deputado Estadual, ou seja, o quarto lugar neste caso não é uma posição baixa, embora também não seja exatamente alta. A expressiva votação do último vice-presidente de assuntos relacionados com as direções municipais, sendo a maior de todos os dados coletados, dá-se por ser a reeleição do Prefeito Rafael Greca em Curitiba, ou seja, uma votação majoritária na maior cidade do Paraná.

Tabela 5 – Vice-Presidentes de Assuntos Sociais do Democratas Paraná (2015-2021)

Gestão	Cargo Eleitoral	Eleito	Votos	Posição na Lista
2015-2016	DE	SIM	63.959	1º
2016	DE	SIM	63.959	1º
2016-2017	DE	SIM	63.959	1º
2017-2018	DE	SIM	63.959	1º
2018-2019	DE	SIM	43.446	4º
2019	DF	NÃO	38.727	2º
2019-2021	DE	SIM	38.349	1º

Fonte: o autor, com base em dados do TSE (2023).

Das sete formações executivas com o cargo de vice-presidente de assuntos sociais, apenas uma não teve político eleito. Este era mais uma vez Osmar Stuart Bertoldi, caso que já comentamos anteriormente. Porém, desta vez há uma diferença grande na votação imediatamente anterior de Osmar. Enquanto em 2014 ele fez 81.789 votos, sendo a maior votação do partido naquela eleição, nesta ele fez apenas 38.349 votos. Essa segunda votação, embora seja maior do que a média dos candidatos a deputado federal do partido (31.376), é um terço da média dos candidatos a candidato federal que entraram na executiva (92.300), além do fato de ter ficado em segundo lugar em uma lista de quatro candidatos. Desse ângulo parece que realmente algo além das votações influenciaram a entrada de Osmar na executiva. Mas, analisando a média de votos dos membros que entraram na executiva de 2019 (38.806), vemos que Osmar está virtualmente na média, sendo também o segundo mais votado dos membros da executiva que concorreram nas eleições imediatamente anteriores. Sendo assim, exceto o fato de Osmar não ter sido eleito, nada há de similar ao caso de Marcelo Puppi.

Posto isso, a vice-presidência de assuntos sociais segue o mesmo padrão da maioria dos cargos da executiva aqui estudados. Seus membros são todos parlamentares ou candidatos ao parlamento com alta votação, sempre com seus membros entre a primeira e a quarta posição da respectiva lista, e com média de entrada de 53.765 votos.

Tendo passado por todos os cargos separadamente, vamos agora para uma análise macro do objeto de estudo.

Quadro 1 – Ocupação do Órgão Executivo do Democratas Paraná (2007-2021)

	2007 2011	2011 2015	2015 2016	2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019	2019	2019 2021	Total
Cargos	4	3	7	6	6	6	6	6	6	50
Dep. Estaduais	2	2	4	4	4	4	3	1	1	25
Dep. Federais	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3
Parlamentares	3	2	4	4	4	4	3	2	2	28
% de Parlamentares na Executiva	75,00%	66,67%	57,14%	66,67%	66,67%	66,67%	50,00%	33,33%	33,33%	56,00%
Prefeitos	0	0	0	0	0	1	1	1	2	5
% de Prefeitos na Executiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,67%	16,67%	16,67%	33,33%	10,00%
% Cargos Eletivos	75,00%	66,67%	57,14%	66,67%	66,67%	83,33%	66,67%	50,00%	66,67%	66,00%
Sem Cargo Eletivo	1	1	3	2	2	1	2	3	2	17
% de membros da Executiva sem cargo eletivo	25,00%	33,33%	42,86%	33,33%	33,33%	16,67%	33,33%	50,00%	33,33%	34,00%
Total	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %

Fonte: o autor (2023).

A partir da análise macro, pode-se verificar que a executiva do Democratas Paraná era altamente parlamentarizada, isto é, mais da metade de seus membros eram deputados estaduais ou federais.

Em apenas três momentos deputados federais eleitos ocuparam a executiva (2007-2011, 2019 e 2019/2021), sendo eles Abelardo Lupion e Pedro Lupion, respectivamente. Entretanto, o caso de Osmar Bertoldi – que ocupou a executiva diversas vezes sem nenhum mandato, mas tendo concorrido a deputado federal e tendo boa votação – faz-nos pensar que, no caso dos deputados federais, não é apenas o cargo conquistado que garante a sua competência, e, portanto, a sua entrada no órgão executivo – seguindo assim a nossa hipótese. Afinal, se fosse diferente, Osmar Bertoldi não deveria ter entrado no órgão executivo repetidas vezes. Somos levados então a induzir que os votos conquistados por Bertoldi garantem a ele essa competência. Isso é

indicado principalmente pela sua votação ser sempre alta em comparação com seus pares. Enquanto a média geral dos ocupantes do órgão executivo é de 45.033 votos, Osmar Bertoldi fez respectivamente 81.789 e 38.727 votos. O mesmo indica a posição na lista dele, respectivamente primeiro e segundo lugar. Resumindo, quando olhamos para os deputados federais, vemos que o voto é mais importante do que o cargo. Existe deputado federal não eleito na executiva, mas não com pouca votação.

Existem apenas duas exceções nessa situação que poderiam comprometer nossa hipótese, que são Eduardo Francisco Sciarra e Abelardo Lupion, ambos eleitos em 2010, mas sem cadeiras na executiva formada em 2011. O primeiro deles se explica facilmente, uma vez que, em 2011, Eduardo Sciarra se filiou ao PSD, saindo do Democratas. Já o que explica a não entrada de Abelardo, provavelmente, é uma variável que foge à competência das nossas ferramentas metodológicas. Sobre essa segunda exceção, nada pode-se afirmar, apenas é sabido que após o mandato finalizado em 2014, Abelardo não mais concorreu a cargos públicos e nem integrou a executiva do partido.

De outro modo, se eleger deputado estadual é causa suficiente para adentrar na executiva, mas a causa necessária é a conquista de grande montante de votos. Com efeito, há um indício de que o mesmo aconteça; na última gestão Elio Rusch estava na executiva e não tinha sido eleito. Porém é apenas um caso, não permitindo assim generalizações maiores. De fato, os deputados estaduais ocupam a maior fatia da maioria das formações executivas, perdendo protagonismo apenas nas duas últimas.

De modo padrão, os mais votados dos deputados estaduais e federais estão presentes no órgão executivo. Existem duas atipicidades: José Durval Mattos do Amaral é o deputado estadual mais votado do partido em 2010, mas não assume cargo na executiva em 2011; e Plauto Miró Guimarães diversas vezes fica entre os primeiros da lista, mas não assume uma cadeira na executiva. A primeira se explica de forma semelhante ao caso de Eduardo Sciarra. Durval Amaral assumiu em 2012 uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, saindo então do partido. Diante do fato, é possível supor que a negociação por trás desta indicação estava em andamento na época da formação da executiva (2011-2015) e por isso Durval Amaral não participou dela, seja por iniciativa dos demais membros (prevendo sua saída) ou sua própria (pretendendo não se comprometer). Foge ao escopo desse trabalho a possibilidade de explicar as entradas e saídas de Plauto Miró da executiva.

Quanto aos candidatos e eleitos pertencentes ao sistema majoritário, há dois casos: Rafael Greca, já prefeito de Curitiba quando ingressou para o partido em 2019; e Marcelo Puppi, candidato não eleito para prefeito de Campo Largo em 2012, foi eleito em 2016 e reeleito em 2020. Se a Zona de Incerteza de competência fosse medida unicamente pela chave possui cargo/não possui cargo, Marcelo Puppi não deveria possuir uma cadeira na executiva, da mesma forma que Osmar Bertoldi, como já discutiremos. A votação de Marcelo Puppi foi próxima a 17 mil votos, não sendo grande ou capilarizada o suficiente para explicar por si só a entrada de Marcelo na executiva. Nesse caso, e no caso do Tesoureiro, nem voto nem cargo explicam a entrada na executiva do partido. Porém, quando excetuamos esses dois, temos a grande maioria de indivíduos com grandes votações.

Em suma, embora a executiva do Democratas Paraná seja habitada por uma maioria simples de parlamentares (56%) e por um ou dois prefeitos, existem membros do órgão que não detêm cargos conquistados eleitoralmente. Ainda, vemos que a posição nas listas eleitorais é, regularmente, obedecida na formação das executivas independentemente se o indivíduo foi eleito ou não – excetuando-se um ou dois casos cujas variáveis não conseguimos investigar aqui por estar além do escopo da pesquisa. Há diversos membros da executiva sem cargo, mas a esmagadora maioria da executiva tem grande votação. Dessa forma, temos uma aproximação maior do tipo *Vote-Seeking* do que *Office-Seeking*.

Ainda, os membros do Democratas Paraná não parecem estar totalmente alinhados a respeito de um tema central ou uma política específica. O Democratas Paraná segue a mesma linha do diretório nacional, sempre à direita do espectro político. Contudo, excetuando-se Abelardo e Pedro Lupion – estes que debatem centralmente as políticas do agronegócio –, os demais deputados tomam posições municipalistas, mas não necessariamente ideológicas. Isto posto, podemos dizer que o Democratas Paraná também se afasta da orientação de *Policy-Seeking*.

Por fim, há um ponto que passa quase despercebido. Enquanto a votação obtida por Pedro Lupion cresce no decorrer das eleições, há uma tendência de decréscimo na votação dos candidatos a deputado que permanecem na executiva do partido. Elio Rusch entra na executiva com 46 mil votos, cai para 44 mil, sobe para 54 mil e cai novamente, desta vez para 32 mil. Nelson Justos começa com 43 mil e cai para 38 mil. Osmar Bertoldi entra na executiva com 81 mil e depois cai para 38 mil. Isso pode

significar que uma alta votação é importante para adentrar à executiva, e que uma vez lá dentro outras variáveis influenciam a permanência ou não. O fato de ele ocupar o cargo possivelmente cria uma profissionalização ou dependência técnica, no formato descrito por Michels (1982), e isso influencia na sua recondução para o cargo. Porém, só poderá ser afirmado tal efeito em uma pesquisa comparativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do objeto revelou um padrão na formação dos órgãos executivos do Democratas Paraná. Com efeito, todos os membros competiram em eleições, com a única exceção do Tesoureiro. Virtualmente, todas as executivas tinham os candidatos mais votados ao cargo de Deputado Estadual como membros – com a exceção das saídas e entradas de Plauto Miró e da gestão 2011-2015, que teve seus cargos reduzidos.

Em suma, os dados apontam que a quantidade de votos tem um peso predominante na formação da executiva. Consideramos a capacidade de conquistar votos como uma proxy de domínio da zona de incerteza de competência, posto isso, pode-se dizer que o predomínio da variável voto torna o Democratas Paraná muito mais próximo de uma orientação *Vote-Seeking*, ou seja, que busca a maximização de votos em eleições, do que *Office-Seeking*, caracterizado pela busca de cargos no Poder Executivo. E não encontramos indícios que puxem o partido para ser *Policy-Seeking*, que seria o direcionamento para a orientação de políticas públicas.

Dois apontamentos são necessários sobre esse achado. O primeiro é que a análise foi realizada em termos de proximidade e tendência, pois não há dados suficientes para definir que, de fato, o Democratas Paraná é *Vote-Seeking*. Com efeito, os dados encontrados indicam um padrão que fora seguido pelo extinto objeto. Porém, é necessário que um trabalho mais abrangente inclua outras variáveis além das aqui trabalhadas, como a relação de cargos no executivo pertencentes ao partido em estudo, ou *proxys* de encaminhamentos programáticos, para medir respectivamente inclinações para *Office-Seeking* e *Policy-Seeking*.

Entretanto, nossos dados apontam que o voto é uma variável importante para a zona de competência e que esta é a zona predominante na formação da executiva, o

que nos diz que o Democratas Paraná se orienta como *Vote-Seeking* e com isso nossa hipótese se confirma parcialmente.

Com base no exposto, é possível utilizar a formação da executiva de um partido para identificar qual é a orientação daquele partido? Tendo em vista o que foi relatado, pode-se dizer que a construção de uma metodologia nesse sentido é possível. Trabalhos futuros poderiam expandir o objeto desse artigo, analisando os diretórios nacionais dos partidos políticos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. Brasil: Companhia das Letras, 2018.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. *In*: BOLOGNESI, Bruno; SILVA, Glauco Peres da. **Ciências Sociais Hoje**: Ciência Política. USP, 2020.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>. Acesso em: 23 out. 2021.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. Brasil: Publifolha, 2001.

CIOCCARI, Deysi. **Do PFL ao DEM**: uma análise das bancadas. 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. *In*: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (org.). **Partidos e eleições no Paraná**: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006. p. 267-291.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CYR, Jennifer. Between Adaptation and Breakdown: Conceptualizing Party Survival. **Comparative Politics**, v. 49, n. 1, p. 125-45, 2016.

DEMOCRATAS. **Estatuto do Democratas (março/2007)**. Estatuto do partido de 28/03/2007, aprovado em 12/06/2007. Disponível em:

https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-28-3-2007-resolucao-tse-no.2007/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-28-3-2007-resolucao-tse-no.2007/at_download/file. Acesso em: 23 out. 2021.

DEMOCRATAS. **Estatuto do Democratas (dezembro/2007)**. Estatuto do partido de 12/12/2007, aprovado em 14/08/2008. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-12-12-2007-resolucao-tse - no.2008/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-12-12-2007-resolucao-tse-no.2008/at_download/file](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-12-12-2007-resolucao-tse-no.2008/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-12-12-2007-resolucao-tse-no.2008/at_download/file). Acesso em: 23 out. 2021.

DEMOCRATAS. **Estatuto do Democratas (março/2018)**. Estatuto do partido de 08/03/2018, aprovado em 29/04/2019. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/arquivos/tse-estatuto-dem-de-8-3-2018-deferido-em-29-4-2019/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/arquivos/tse-estatuto-dem-de-8-3-2018-deferido-em-29-4-2019/at_download/file. Acesso em: 23 out. 2021.

DIMENSTEIN, Gilberto; NEGREIROS, José; NOBLAT, Ricardo; LOPES, Roberto; FERNANDES, Roberto. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasil: Zahar Editores, 1980.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 349-385, 2012.

MAYER, Rodrigo. **Partidos políticos no Brasil: do Império à Nova República**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

NEKEL, Lucas. O Leme do PFL-PR: quem capitaneou o Partido da Frente Liberal no Paraná e para que mares ideológicos o levou. *In*: Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política. **Anais [...]**. Curitiba (PR) UFPR, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11snsp/235344-O-LEME-DO-PFL-PR--QUEM-CAPITANEOU-O-PARTIDO-DA-FRENTE-LIBERAL-NO-PARANA-E-PARA-QUE-MARES-IDEOLOGICOS-O-LEVOU>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília; Rio de Janeiro: Ed. da UnB: Zahar, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WOLINETZ, Steven B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of party organization in contemporary democracies. In: GHUNTER, Richard; MONTERO, José R.; LINZ, Juan J. **Political parties**: old concepts and new challenges. Oxford: OUP, 2002. p. 136-165.